

LEI Nº 2125, de 20/08/2015

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, DA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, IVAR BAREA, Prefeito do Município de Capitão Leônidas Marques, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Capitão Leônidas Marques, decorrentes de ações judiciais, transitadas em julgado ou não, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal de Finanças, após regular procedimento fixado nesta Lei.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 20 (vinte) salários mínimos vigentes à época do pagamento.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Art. 2º Para o caso de débitos judiciais antecedentes a sentença, somente após constatação administrativa do Município ser parte legítima e responsável pelo pagamento de pleito, direito ou obrigação objeto de demanda judicial, bem como, existir risco de ônus de sucumbência e ser vantajosa a transação, alcançando-se a economicidade da forma

Continuar

especificada nesta Lei, poderá ser celebrada transação judicial para solução das lides abrangidas pela presente norma.

Art. 3º Para comprovação da economicidade referida no artigo antecedente, o Município de Capitão Leônidas Marques deverá obedecer aos seguintes critérios:

- a) Para ações em curso, que possuam valor até o limite fixado no Parágrafo único do Art. 1º desta Lei, sem a prolação de sentença, somente mediante o alcance de desconto mínimo de 15% e o débito seja parcelado em no mínimo 2 (duas) parcelas mensais, poderá ser celebrada a transação;
- b) Para causas que possuam valor até o limite fixado no Parágrafo único do Art. 1º desta Lei, que possuam sentença prolatada desfavorável ao Município e encontrem-se em fase recursal, somente mediante o alcance de desconto mínimo de 10% e o débito seja parcelado em no mínimo 3 (três) parcelas mensais, poderá ser celebrada a transação;
- c) Para causas que transitaram em julgado e sejam abrangidas pelo limite legal desta norma, poderá ser expedido o competente RPV - Requisição de Pequeno Valor, hipótese em que deverá ser respeitada a disponibilidade orçamentária financeira e a fila de requisições.

Parágrafo único. Somente após transcorridos 15 (quinze) dias da homologação judicial da transação efetuada com base nesta Lei e mediante renúncia ao prazo recursal pelo credor, poderá o Executivo Municipal proceder o cumprimento e pagamento de suas obrigações conforme estabelecido neste artigo.

Art. 4º Os pagamentos serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, cabendo à Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município exercer o controle da legalidade e regularidade dos procedimentos de pagamentos e respectivas soluções de litígios abrangidas pelas hipóteses desta Lei.

Art. 5º Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual, ficando autorizado o Chefe do Executivo Municipal, por decreto, em remanejá-las ou adequá-las, baseado na estimativa de despesas necessárias para referida finalidade.

Continuar

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 20 de Agosto de 2015.

IVAR BAREA

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 15/02/2018

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

Continuar